

A. I. N° - 205095.0013/02-9
AUTUADO - ÓTICA ERNESTO LTDA.
AUTUANTES - ANTÔNIO FÉLIX MACEDO MASCARENHAS, UBIRAJARA RIBEIRO LIMA e
TELMA PIRES CIDADE DE SOUZA
ORIGEM - INFAZ SIMÕES FILHO
INTERNET - 25.04.03

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0131-03/03

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. OPERAÇÕES DE SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM DOCUMENTOS FISCAIS. A diferença das quantidades de saídas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques constitui comprovação suficiente da realização de operações sem emissão da documentação fiscal exigível. Rejeitada a preliminar de nulidade. Negado pedido de diligência. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 05/12/02, exige o ICMS no valor de R\$29.388,52, em razão da falta de recolhimento do imposto relativo às operações de saídas de mercadorias tributadas, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, apurada através de levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias no exercício de 1997.

O autuado, através de seu advogado, devidamente habilitado nos autos, apresenta impugnação, às fls. 46 a 69, na qual, preliminarmente, alega que foi fiscalizado em 14 estabelecimentos ao mesmo tempo, e que sendo formalizado um Auto de Infração para cada um dos mesmos, e sendo notificado em um mesmo dia (17/12/02), a sua defesa ficou comprometida. Aduz, ainda, que com a notificação ao autuado, em 17/12/02, extingue-se, irremediavelmente, quase que totalmente o direito do Estado constituir o crédito tributário do exercício de 1997, uma vez que o termo inicial do prazo decadencial de cinco anos para o Fisco efetivar o lançamento tributário é o dia da ocorrência do fato gerador, conforme art. 150, § 4º do CTN. Cita decisões judiciais neste sentido.

No mérito, alega novamente exiguidade de tempo para apresentar suas razões de defesa, inerente a diversos Autos de Infração, lavrados simultaneamente contra o autuado, do que solicita a juntada de novos demonstrativos e documentos posteriormente, em nome da “VERDADE REAL” e para não ocorrer em cerceamento de defesa. Porém, aduz que daqueles que foi possível concluir a análise, encontrou inúmeras diferenças nos quantitativos apurados, relativas a notas fiscais não consideradas pela auditoria fiscal, que a título de exemplificação, passa a relatar às fls. 50 a 66 dos autos. Assim, requer revisão fiscal por Auditor estranho ao feito, não só para avaliar os equívocos elencados, mas também para que seja reavaliada a ação fiscal.

Tece, ainda, alegações de defesa sobre procedimentos fiscais que julga serem estranhos ao PAF, a exemplo de levantamento quantitativo em exercício aberto e existência de mercadoria em estoque desacompanhada de documentação fiscal.

Os autuantes, em sua informação fiscal, às fls. 74 a 76 do PAF, afirmam que não é verdade que o contribuinte tenha sido notificado em um mesmo dia. Dizem que as datas de entrega dos relatórios estão apostas nos mesmos, e que assim que cada ação fiscal era concluída todos os documentos eram devolvidos, juntamente como os relatórios. Acrescentam que os Autos de

Infração é que foram apresentados em um só dia. Entendem que não houve qualquer desequilíbrio entre o tempo da análise de documentos por parte do fisco e do impugnante. Rechaçam, também, a preliminar de decadência argüida pelo sujeito passivo, citando legislação e doutrina e esclarecem que o contribuinte apresenta uma defesa padrão para autuações diferentes. Ressaltam que o art. 123, § 1º, do RPAF, estabelece que a matéria, objeto da lide, deverá ser alegada de uma só vez e não vêem qualquer razão de aceitarem os demonstrativos de defesa ou o pedido de revisão fiscal, pois nenhuma nota fiscal de entrada ou de saída foi anexada para fazer prova dos argumentos citados. Ao final, pedem a procedência do Auto de Infração.

VOTO

O presente processo exige ICMS, em razão da omissão de saídas de mercadorias tributadas, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, apurada através de auditoria de estoque, realizada no exercício fechado de 1997.

Inicialmente rejeito a preliminar de nulidade suscitada pelo impugnante, haja vista que o Auto de Infração está revestido das formalidades legais, não se observando erro ou vício que possa decretar a sua nulidade, de acordo com o que dispõe o art. 18, do RPAF/99. Os demonstrativos acostados aos autos descrevem de forma satisfatória a situação verificada, não prosperando a alegação de cerceamento de defesa, tendo em vista que apesar do autuado ter tomado ciência dos quatorze Autos de Infração em um mesmo dia (17/12/02), assim que cada ação fiscal era concluída todos os documentos eram devolvidos, juntamente com os relatórios, a fim de facilitar a sua defesa, sendo que no presente caso, a data de entrega dos relatórios ao sujeito passivo ocorreu no dia 04/10/02 (fls. 10, 11, 38 e 45), ou seja, o contribuinte teve mais de noventa dias para analisar os demonstrativos elaborados pelos autuantes e detectar a existência de equívocos por ventura cometidos.

Quanto à arguição de decadência do autuado, deve-se ressaltar que, nos termos do art. 173, inciso I, do CTN, o direito da Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se no prazo de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Assim, nesta condição, não havia operado a aludida decadência relativa ao exercício de 1997, pois com a lavratura do Auto de Infração, em 05/12/02, consumou-se o lançamento do crédito tributário.

No tocante ao pedido de revisão fiscal, o indefiro, nos termos do art. 147, I, “b”, do RPAF, uma vez que o pleito destina-se a verificar fatos vinculados à documentos fiscais em posse do requerente e cuja prova ou as cópia simplesmente poderia ter sido por ele juntada aos autos.

No mérito, observa-se que o sujeito passivo não apresenta em sua relação de “equívocos cometidos”, constantes às fls. 50 a 66 dos autos, qualquer impugnação aos levantamentos relativo à este PAF, pois não existe planilha referente ao CNPJ de nº 15.102.833/0014-55, inerente ao estabelecimento objeto deste Auto de Infração.

Portanto, como as notas fiscais, relacionadas pelo autuado em suas razões de defesa, dizem respeito a outros estabelecimentos do contribuinte, estranhos ao estabelecimento objeto deste PAF, não devem tais alegações serem consideradas, entendendo-se como acatada pelo recorrente a auditoria de estoque procedida, a qual está substanciada em demonstrativos sintéticos e analíticos, consoante fls. 9 a 43 dos autos, cujas cópias o sujeito passivo recebeu em 04/10/02, conforme atestado nos próprios documentos.

Ressalto ainda que o presente levantamento quantitativo foi em exercício fechado, descabendo a alegação do autuado de que tenha ocorrido em exercício aberto.

De tudo exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 205095.0013/02-9, lavrado contra **ÓTICA ERNESTO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$29.388,52**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 23 de abril de 2003.

DENISE MARA ANDRADE BARBOSA - PRESIDENTE

LUÍS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA